

## **O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: ASPECTOS BIBLIOGRÁFICOS SOBRE A EXCLUSÃO ESCOLAR**

**RODRIGUES, Tatiane Coimbra<sup>1</sup>; BRIZOLARA, Rosa Maraní Rodrigues<sup>2</sup>; DEL PINO, Mauro Augusto Burkert<sup>3</sup>; PORTO, Gilceane Caetano<sup>4</sup>**

<sup>1</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação; <sup>2</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Biologia; <sup>3</sup> Universidade Federal de Pelotas – PPGE/Faculdade de Educação; <sup>4</sup> Universidade Federal de Pelotas – Faculdade de Educação – [doti19@gmail.com](mailto:doti19@gmail.com)

### **1 INTRODUÇÃO**

O artigo discute algumas conclusões da pesquisa intitulada “O lugar do professor no fracasso escolar”, que está investigando a exclusão escolar na rede pública municipal da cidade de Pelotas. Ao todo, a rede possui 40 escolas urbanas. Dessas, duas escolas implantaram o novo ensino fundamental de nove anos em 2008 e outras quatro em 2009, totalizando seis escolas.

O objetivo deste artigo é discutir parte da literatura sobre exclusão escolar tendo em vista a implantação do ensino fundamental de nove anos em toda a educação básica brasileira e, em particular, nas escolas urbanas do município de Pelotas. A Lei 11.274, de seis de fevereiro de 2006, estabeleceu a obrigatoriedade da matrícula das crianças com seis anos no ensino fundamental, com o intuito de assegurar a todas as crianças um maior tempo de convívio escolar, com maiores oportunidades de aprendizagem.

Conforme as orientações gerais do Ministério da Educação e Cultura (MEC), essa modificação vai além da inclusão de mais um ano de ensino, pois pretende oportunizar a qualificação do processo de ensino e aprendizagem da alfabetização e do letramento (BRASIL, 2004). Discutir e analisar a produção bibliográfica em torno do tema da inclusão e da exclusão escolar busca evidenciar elementos que contribuam no sucesso desta política.

### **2 METODOLOGIA**

A pesquisa apresentada caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, tendo em vista buscar elementos teóricos desenvolvidos em diversos campos do

conhecimento, como a sociologia, a didática e a filosofia, capazes de levantar questões e responder dúvidas sobre o tema em foco, qual seja, a implementação do ensino fundamental de nove anos e a possibilidade de esta política contribuir com a redução dos alarmantes indicadores de exclusão escolar das redes públicas (BOGDAN, BIKLEN, 1994).

Buscamos livros, periódicos e anais de eventos científicos que tratam do tema da exclusão escolar, da inclusão escolar, do fracasso escolar e da repetência com o intuito de lê-los, analisá-los e interpretá-los. O material encontrado foi submetido a uma triagem a partir da qual foi possível estabelecer um plano de leitura. A leitura atenta e sistemática se fez acompanhar de anotações e fichamentos que serviram de base à fundamentação teórica aqui apresentada.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um dos primeiros estudos feitos foi sobre o fenômeno da exclusão escolar sob as duas dimensões apontadas por Ferraro (1999). Ele nos apresenta a exclusão *da* escola, referente ao não-acesso à escola e à evasão, e a exclusão *na* escola, produzida internamente por meio dos mecanismos da reprovação e repetência, os maiores impedimentos do fluxo escolar. No interior da escola operam duas lógicas opostas. Uma direcionada a camada privilegiada da sociedade, intitulada de *lógica da progressão*, e a outra dirigida à camada das classes trabalhadoras, intitulada de *lógica da exclusão*. Percebemos aqui que a universalização do acesso à escola é condição indispensável, mas não é suficiente para garantir o direito à educação. A solução passaria, num primeiro momento, pela superação dessa lógica de exclusão operada no interior da escola “em relação à escolarização das classes populares, do aluno trabalhador, do negro e de outros grupos ou categorias de discriminados” (FERRARO, 2004, p.64).

No artigo de Cury (2008), o autor questiona se não seria mais adequado utilizar o conceito de *inclusão excludente*, ao invés de exclusão, já que a inclusão escolar ao ampliar o acesso às camadas populares organiza-se pedagogicamente para selecionar e separar os “bons” dos “médios” e estes dos “ruins”, reproduzindo no interior das escolas as classificações da vida extraescolar. Ele critica o conceito de exclusão utilizado de forma genérica para explicar todo e qualquer problema social, porque entende que a exclusão descreve situações traduzidas pela privação

do emprego, de direitos, de liberdade, entre outras. Conforme Cury os *sujeitos da privação* ou da *inclusão excludente* são

[...] negros, pardos, migrantes do campo e de regiões mais pobres do país, trabalhadores manuais, moradores de bairros periféricos e pessoas fora da faixa etária legal [...] são vítimas de uma renitente e injusta distribuição da renda. (CURY, 2008, p. 217)

Angelucci (2004) no estudo intitulado “O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991 – 2002): um estudo introdutório” apontou a existência de vertentes que compreendem o fracasso escolar como problema psíquico, problema técnico, questão institucional, questão política. A produção do saber nessa área apresenta continuidades e rupturas teórico metodológicas onde predomina a concepção psicologizante e tecnicista do fracasso escolar. Há teses que são inconciliáveis, mas há outras que dialogam e avançam a pesquisa crítica do fracasso escolar inserindo-o nas relações de poder numa sociedade de classes.

Assim, assistimos a culpabilização pelo fracasso escolar ser creditada ora aos estudantes e suas famílias, ora aos professores, e outras, aos métodos e técnicas de ensino. Contudo, estudos (PATTO, 1990) apontam que para explicar este fenômeno educacional devemos congregarmos diferentes contextos sem deixar de considerar a influência da estrutura e organização do sistema escolar no sucesso ou no fracasso dos estudantes.

Ampliar o tempo do ensino fundamental para nove anos tem gerado discussões sobre as ações necessárias para adequar os sistemas de ensino, “a dimensão de uma proposta pedagógica que contemple uma visão transversal e longitudinal do processo de ensino-aprendizagem no conjunto dos nove anos” (SARMENTO e RAPOPORT, 2009, p.37).

Essa ampliação promove uma oportunidade de replanejar os currículos, os conteúdos, as metodologias e os processos de avaliação, adequando as propostas pedagógicas à faixa etária dos alunos. Do mesmo modo deverão ser discutidos e reorganizados os projetos políticos pedagógicos, os materiais didáticos e a organização do tempo e do espaço escolar.

#### **4 CONCLUSÃO**

Os estudos dos autores citados e de outros tantos estudiosos sobre inclusão/exclusão escolar contribuem para o sucesso da política de ampliação do

ensino fundamental porque demonstram a estreita relação dos fatores intra e extraescolares que precisam ser considerados nas investigações educacionais. O essencial para que ocorram mudanças no quadro da exclusão escolar, que persiste na educação brasileira, é que se compreenda o fenômeno da exclusão e tenha consciência das diversas abordagens teóricas sobre o tema. O assunto desafia professores e pesquisadores porque a lógica da exclusão que opera no interior das escolas, através de várias reprovações ou de aprovações rasas, precisa ser superada sob pena de continuarmos negando um direito constitucional que é a educação igualitária e de qualidade para todos.

## 5 REFERÊNCIAS

- ANGELUCCI, Carla Biancha et al. O estado da arte da pesquisa sobre o fracasso escolar (1991-2002): um estudo introdutório. **Educação e Pesquisa**, v. 30, n. 1, p. 51-72, jan./abr. 2004.
- BOGDAN, R. e BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Portugal: Porto Editora LDA, 1994.
- BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Ensino Fundamental de Nove Anos**: orientações gerais/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: Ministério da Educação, 2004.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação escolar, a exclusão e seus destinatários. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 48, p. 205-222, dez. 2008.
- FERRARI, Alceu Ravello. Diagnóstico da escolarização no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 12, p.22-47, set./dez.1999.
- FERRARO, Alceu Ravello. Escolarização no Brasil na ótica da exclusão. In: MARCHESI, Álvaro; GIL, Carlos Hernández. **Fracasso escolar**: uma perspectiva multicultural. Porto Alegre: Artmed, 2004.
- PATTO, Maria Helena Souza et al **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Queroz, 1990.
- SARMENTO, Dirléia Fanfa; RAPOPORT, Andrea. Desenvolvimento e aprendizagem infantil: implicações no contexto do primeiro ano a partir da perspectiva vygotskiana. In: RAPOPORT, Andrea; SARMENTO, Dirléia Fanfa; NÖRNBERG, Marta; PACHECO, Suzana Moreira (orgs.). **A criança de seis anos no ensino fundamental**. Porto Alegre: Mediação, 2009.